

O ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO E OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA

Renato Tarciso Barbosa de Sousa

Professor adjunto do Curso de Arquivologia da Universidade de Brasília, doutor em História Social pela Universidade de São Paulo
renasou@unb.br

Estamos vivendo um bom momento na Arquivística no Brasil. Podemos falar, empiricamente, que temos um quadro docente mais numeroso, mais diversificado, mais qualificado e com uma maior produção científica, apesar de apresentarmos ainda problemas de canais de discussão e de divulgação dos trabalhos produzidos na área e de uma convivência e um relacionamento mais próximo e constante, que possibilite até a existência de projetos comuns. Temos, ainda, uma discussão, mesmo que localizada e não sistematizada em nível nacional, sobre uma nova estrutura curricular que aproxime a formação de nossos alunos dos avanços ocorridos em termos de conhecimento arquivístico e do debate sobre formação no plano internacional. E, também, uma maior produção científica advinda, basicamente, das universidades, resultado das pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação e nos projetos de iniciação científica. Esta última situação foi percebida por Maria Odila (2005), que em recente trabalho apontou um aumento regular, a partir de 1992, na produção de teses e dissertações com temática arquivística.

A justificativa para esse entusiasmo em relação ao momento que vivemos está na preparação dessa comunicação. As informações utilizadas e analisadas neste trabalho são resultados da produção recente de professores como José Maria Jardim, Maria Odila Fonseca e Georgete Medleg Rodrigues.

É dentro desse contexto que gostaria de tecer algumas considerações nesta mesa-redonda sobre o ensino, a pesquisa e a extensão nos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil. Pode-se perceber que, ampliando o tema da mesa-redonda, acrescentei a questão relativa às atividades de extensão. Mais à frente esclarecerei porque resolvi incluir esse outro elemento. Lembro, entretanto, que não tive a pretensão de fazer inferências a partir da sistematização de informações dos nove cursos de graduação em Arquivologia existentes atualmente no Brasil, mas

de fazer considerações sobre o tema por meio da minha experiência no Curso de Bacharelado em Arquivologia, da Universidade de Brasília, onde atuo desde 1993.

Desde a autorização dada, em 1972, pelo então Conselho Federal de Educação, às universidades brasileiras de poderem organizar programas de graduação em Arquivologia, a definição, em 1974, do currículo mínimo do curso e a criação, em 1977, do primeiro curso de graduação, percebemos uma profunda modificação nas bases que sustentaram o ensino e a pesquisa em Arquivologia no país. Vários elementos entraram em cena e têm provocado um avanço nos projetos político-pedagógicos dos cursos e, principalmente, na construção do conhecimento arquivístico no Brasil, podemos citar: as diretrizes curriculares, a sensível melhora na qualificação dos professores, a crescente percepção da sociedade sobre a importância do tratamento da informação e a banalização dos meios tecnológicos.

Atualmente, contamos com nove cursos superiores de Arquivologia, sete deles concentrados nas regiões sul e sudeste. Sete pertencem a instituições federais e dois a instituições estaduais. O fato de todos os cursos serem oferecidos por instituições públicas representa mais um desafio, pois enfrentamos sérios problemas decorrentes da falta de verbas para as universidades, tais como a carência de recursos humanos (docentes e técnico-administrativos), de salas de aula e de laboratórios devidamente equipados, para falar apenas de alguns. Soma-se a isso, um aumento significativo no acesso ao ensino médio, o que pressiona as universidades públicas à oferta de mais vagas.

Podemos afirmar, então, que há uma distribuição desigual pelo território nacional. As regiões Norte e Nordeste estão, praticamente, sem oferta de arquivista para atender a demanda desse tipo de profissional. Em parte, o Curso de Especialização em Organização de Arquivos da Universidade de São Paulo tem suprido essa demanda. Lembro que, quando o cursei, em 1992, predominavam alunos vindos do Amazonas, Pará e Maranhão. É claro que o número de profissionais qualificados é pequeno, pela distância e pelos custos que envolvem a realização desse curso por profissionais originários dessas regiões. A criação de cursos de Arquivologia nesses vazios territoriais esbarra, sem dúvida nenhuma, na pequena quantidade de profissionais qualificados e nas limitações das instituições federais de ensino superior.

Poderíamos pensar no uso da educação a distância para formar profissionais nas regiões onde não existem cursos presenciais. Trata-se de uma operação extremamente complexa, apesar de possuímos tecnologia para isso. Entretanto, não consigo imaginar uma alternativa como essa

fora de um consórcio entre as atuais escolas de Arquivologia no Brasil. Há experiências em curso que poderiam servir como modelo: caso específico do ensino de Biologia.

Trabalharei aqui com dados não muito precisos, mas frutos de projeções a partir de levantamentos anteriores.

Quanto à vinculação acadêmica, sete dos cursos existentes estão diretamente ligados à área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, o que nem sempre significou uma proximidade em termos de conteúdo dos cursos e um diálogo mais verticalizado, o que consideramos desejável.

Os nove cursos oferecem, aproximadamente, 450 vagas/ano. A forma de admissão é o vestibular. A Universidade de Brasília - UnB, entretanto, oferece 20 vagas por ano pelo Programa de Avaliação Seriada - PAS, que avalia os candidatos durante sua trajetória no ensino médio. O Programa de Avaliação Seriada tem sido um sucesso na Universidade de Brasília. E temos percebido, apesar de não haver nenhum estudo na UnB, que a qualidade desses alunos é invejável. Em geral, tiveram uma ótima formação de base, com hábitos de leitura e de discussão, com bom senso crítico e abertos ao conhecimento. São alunos com 17, 18 anos de idade com pouquíssima ou nenhuma vivência nos ambientes privilegiados de existência do nosso objeto de trabalho, isto é, nas organizações públicas ou privadas. Situação que pode ser resolvida, em parte, pela realização de estágios, que é um outro tema que procurarei abordar mais a frente.

Os cursos somam, aproximadamente, 2.000 alunos regularmente matriculados. Cabe ressaltar a presença significativa do aluno trabalhador, uma vez que boa parte dos cursos funciona no período noturno. Esse aluno trabalhador traz para sala de aula uma experiência interessante em termos de vivência dentro de uma organização pública ou privada, mas por outro lado ele tem grandes limitações para dedicação à universidade e para participar de atividades além das de ensino.

O número de docentes que se dedica às disciplinas específicas de Arquivologia ainda é pequeno. Temos, no total dos cursos, cerca de 60 professores, que, em geral, são especialistas, mestres e agora com uma presença significativa de doutores. Isso dá uma média de menos de sete professores por curso. Há uma relação de, aproximadamente, um professor para cada 33 alunos.

Apesar de alguns cursos estarem em processo de reforma curricular, eles ainda seguem o currículo mínimo estabelecido pelo Conselho Federal de Educação, em 1974, com exceção do

curso da Universidade Federal do Espírito Santo que já adotou a flexibilização recomendada pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Nós da Universidade de Brasília, estamos em processo de discussão da reforma curricular. E temos consciência que “as concepções de ensino de qualquer disciplina derivam dos conceitos e das práticas acumuladas. Para ensinar, é preciso haver o que ensinar, isto é, uma bibliografia, a produção constantemente renovada nos limites da área de conhecimento e, se for o caso, de uma práxis consolidada. Não é difícil ocorrer a defasagem entre o estado da arte de determinado campo e o seu ensino” (LOPES, 1996).

A imagem que me vem à cabeça hoje é que estamos tentando vestir uma roupa concebida nos anos de 1970 e fazendo alguns ajustes para parecer uma roupa do século XXI. Há limites para isso e, creio, que esse limite já chegou.

Tenho a impressão que nossos programas de formação de arquivista em nível superior não estão compatíveis com o estado da arte dessa disciplina do conhecimento humano. É claro que os programas de formação não podem ser tão flexíveis a ponto de acompanhar *pari passu* o desenvolvimento do conhecimento, há necessidade de certa estabilidade, mas, por outro lado, não podemos deixar permanecer essa grande defasagem existente hoje.

O modelo que fundamentou as matérias contidas no currículo mínimo dos cursos superiores de Arquivologia no Brasil está esgotado. Não temos mais condições de sustentar um programa de formação alicerçado na Teoria das Três Idades, que, na verdade, não passa de uma estratégia de intervenção na realidade informacional das organizações. Estamos trabalhando no sentido de inverter essa lógica, partindo das funções arquivísticas para chegarmos às idades documentais.

Não temos, por exemplo, o que já existe em outros cursos, o TCC, isto é, o trabalho de conclusão do curso, que a experiência demonstra ser uma grande motivação para o desenvolvimento de pesquisa nos programas de pós-graduação.

Como trazer para a formação de nossos alunos os avanços obtidos na Ciência da Informação, como os estudos relativos a usuários, à classificação, à análise documental, à terminologia, à tecnologia da informação?

Comento sempre com meus alunos, como é possível trabalharmos com classificação na Arquivística, uma função reconhecidamente matricial de todo que-fazer arquivístico, de forma

tão promíscua, utilizando apenas os princípios de proveniência e da ordem original, sem levarmos em conta a Teoria da Classificação, por exemplo.

É possível chegarmos a pensar em um único curso de graduação em Ciência da Informação com habilitações em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia? Estamos dispostos a essa discussão desde que haja um reconhecimento entre os interlocutores, pois só podemos pensar em diálogo quando os interlocutores se reconheçam como tal, e haja, também, respeito às especificidades de cada objeto de trabalho. E o fato da maioria dos cursos de Arquivologia estarem em unidades acadêmicas próximas da Ciência da Informação e da Biblioteconomia facilita esse debate e, inclusive, o motiva.

De alguma forma, a relação entre as três áreas, que não é muita clara na graduação, encontrou um espaço de realização na pós-graduação. Utilizo como justificativa para essa afirmação novamente o trabalho de Maria Odila (2005), que percebeu uma expressiva concentração de teses e dissertações com temática arquivística em programas de pós-graduação na área de ciência da informação.

São questões que precisaremos responder nos próximos anos. O Departamento de Ciência da Informação e Documentação, por uma solicitação do Reitor, abriu uma discussão sobre a criação do Curso de Museologia. Em um primeiro momento, a disposição manifestada pela maioria dos professores do Departamento é favorável a essa criação. Sabemos que há uma carência desse tipo de profissional em Brasília e no entorno da Capital. Há muitos problemas a serem solucionados: problemas de estrutura física, de recursos humanos e, principalmente, no meu entendimento, da relação desse novo curso com os já existentes de Arquivologia e Biblioteconomia.

A aprovação da nova lei de diretrizes e bases da educação nacional, em 20 de dezembro de 1996, inaugura uma nova etapa para o ensino no país ao abrir caminho para modificações que já vinham sendo apontadas como necessárias nos fóruns de educadores e gestores educacionais.

A proposta central é substituir a lógica dos currículos mínimos por uma concepção mais flexível que possibilite novas formulações curriculares e concepções de ensino-aprendizagem mais dinâmicas, de forma a atender às demandas geradas pela sociedade contemporânea.

Os documentos elaborados pelo Ministério da Educação sobre o tema explicitam os princípios observados na elaboração das novas diretrizes:

1. *Conferir às instituições de ensino maior autonomia na definição dos currículos de seus cursos, a partir da explicitação das competências e habilidades que se deseja desenvolver.*
2. *As cargas horárias pré-determinadas não poderão exceder 50% da carga horária total dos cursos.*
3. *Evitar o prolongamento desnecessário da duração dos cursos. A duração dos bacharelados não deverá ultrapassar os quatro anos.*
4. *Incentivar uma sólida formação geral.*
5. *Estimular práticas de estudo independentes, visando a progressiva autonomia do discente.*
6. *Encorajar o reconhecimento de habilidades, competências e conhecimentos adquiridos fora do ambiente escolar, considerados relevantes para a área de formação específica.*
7. *Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa, os estágios e as atividades de extensão.*

Nos documentos divulgados pelo Ministério da Educação, as competências gerais definidas individualmente para a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia são as mesmas e apontam para a formação de um profissional capaz de responder às demandas de seus contemporâneos de forma eficiente, de formular, executar e avaliar políticas, planos e projetos, e de desenvolver e utilizar novas tecnologias.

O que chama a atenção é o fato de que nas competências específicas, apenas a Biblioteconomia incorpora a informação como objeto de trabalho, desconhecendo o termo documento. Já as competências específicas dos cursos de Arquivologia e Museologia reafirmam o documento e o patrimônio como objetos e são omissas com relação ao objeto informação.

Agora que as instituições de ensino estão trabalhando de forma mais autônoma na definição dos conteúdos curriculares e das atividades complementares que compõem os cursos de graduação, acreditamos ser necessário compartilhar opiniões sobre o tema e refletir com maior profundidade sobre o que nos parece ser uma contradição.

Além disso, entendemos que os conteúdos curriculares devem ser pensados de forma a garantir que os cursos de Arquivologia consigam uma identidade comum, a partir de um núcleo

básico de conhecimentos constituído pelos 50% de carga horária pré-estabelecida, ao mesmo tempo em que um rol de disciplinas e atividades complementares deverá possibilitar a formação diferenciada de cada aluno.

No entanto, lembrando o cenário de instabilidade no qual o ensino público superior insere-se atualmente, é de suma importância que essa flexibilidade resulte em acréscimo de qualidade em todos os cursos e que os saberes externos à universidade, que venham a ser incorporados aos cursos, atendam, efetivamente, à diversidade das demandas sociais e às vocações específicas, e não à falta de condição das universidades em prover seus cursos de conteúdos correlatos, de outros saberes presentes no próprio ambiente acadêmico, também importantes para a formação do profissional humanista que pretendemos formar.

Outra questão fundamental vinculada ao ensino é o lugar que deve assumir a prática e a vinculação que esta deve ter com a teoria. Há uma tendência, inclusive, de se duvidar da possibilidade de encontrarmos bases científicas para o saber arquivístico. Os argumentos incidem sobre o fato de estarmos perante uma prática multissecular que dispensa fundamentação teórica especial. Segundo este ponto de vista, os modelos estão criados e será na experiência, na intuição e no bom senso que se encontrarão as soluções adequadas para enfrentar a realidade.

Gostaria de fazer algumas considerações sobre esses dois aspectos, que considero importantes para o processo de definição do caminho que devemos traçar para formação de profissionais capazes de enfrentar as dificuldades geradas por nosso objeto de estudo e de trabalho.

É consenso para a maioria dos autores da nossa área a importância da prática. Entretanto, a prática, apesar de sua autonomia, não fala por si mesma, isto é, não é diretamente teórica. A busca da compreensão da prática apenas como prática, separada da teoria, leva-nos a certo pragmatismo e distorce o caráter de ação consciente e ação refletida impossibilitando-nos de alcançar a síntese, que é o elemento fundamental do pensamento e o que atribui o caráter de concreticidade. Mas um acento maior na teoria e a separação da prática levam-nos ao estágio da abstração ou contemplação.

A prática evidencia, em seu sentido mais amplo, o caráter de alicerce da teoria na medida em que esta se encontra vinculada às necessidades práticas do homem. As exigências da prática contemporânea constituem uma importante fonte de desenvolvimento da teoria. Isto pode ser observado na própria evolução da teoria arquivística. O Conceito das Três Idades e de Gestão de

Documentos, fundamentos da Arquivística contemporânea, foram elaborados a partir de problemas práticos que surgiram com a expansão das atividades do Estado. Assim como acredito que a disseminação das novas tecnologias, enquanto novos suportes documentais e novas possibilidades de acesso à informação, estão exigindo e exigirão novos pressupostos teóricos.

Temos que encontrar o instante de vinculação entre a teoria e a prática. A Arquivística é uma disciplina com finalidade profissional e, por seu turno, ela deve apoiar seus ensinamentos teóricos sob uma experimentação e um contato com a prática.

A prática deve ter um compromisso com a construção do conhecimento. Ela deve estar atrelada aos seguintes aspectos: agir, pensar, refletir, recriar e, sobretudo, inovar. Acreditamos, também, que o sucesso desse processo está na possibilidade de articulação entre teoria e prática, conhecimento e realidade e ensino e pesquisa.

Além das disciplinas em sala de aula, o trabalho pedagógico tem, também, um local privilegiado para os alunos, que é o estágio curricular e o extracurricular.

Após vários anos com dificuldades na administração do estágio curricular, que ocupa 10% da carga horária, temos feito grandes avanços. A relação com as instituições que recebem nossos alunos para o estágio curricular melhorou sensivelmente e nós, professores, encontramos instrumentos de acompanhamento e de avaliação mais rigorosos dessas atividades.

A formação do aluno de Arquivologia não pode prescindir do aprendizado em situações reais. Neste aspecto, a universidade, mesmo que queira, não conseguirá criar laboratórios para reproduzir esse espaço. Dessa forma, torna-se vital uma relação com outras instituições. Entretanto, as experiências demonstram que há um hiato entre os interesses da universidade e da instituição que proporciona o exercício da profissão.

O estágio deve estar assentado em um tripé: o que-fazer próprio da disciplina; a vivência em um ambiente de trabalho (relações interpessoais, atividades em grupo etc.); a orientação.

Não podemos esquecer que o local de estágio deve proporcionar ao aluno situações onde possam ser desenvolvidas as importantes atividades de classificação, avaliação e descrição. Mas o agir profissional não pode ser reduzido ao processamento técnico próprio da disciplina. Os alunos, em sua formação, precisam vivenciar a prática profissional em toda a sua amplitude.

Dessa forma, o estágio prático é essencial à formação do aluno de Arquivologia. Ele propicia ao aluno um momento específico de sua aprendizagem, uma reflexão sobre o agir profissional e uma visão crítica das relações existentes no mercado de trabalho. O exercício

prático, entretanto, deve ser apoiado na orientação enquanto processo dinâmico e criativo, tendo em vista possibilitar a elaboração de novos conhecimentos.

O estágio entendido a partir desses pressupostos exige um nível de cumplicidade e de maturidade muito grande entre universidade e instituição que oferece o local de estágio. A cooperação institucional deve ser vista e compreendida como um trabalho em comum, que tem um objetivo claro e transparente: a formação profissional do aluno.

Em relação ao estágio extracurricular nós temos enfrentado grandes problemas. É raro encontrar um aluno do segundo semestre do curso que não esteja participando de algum tipo de estágio extracurricular. Utilizo a expressão estágio para facilitar o entendimento, pois, na verdade, não podemos considerá-los assim. Nesses casos, a maioria dessas atividades não passa de uma prestação de serviço, encoberta pela categoria de estágio. O pagamento médio é de cerca de R\$ 500,00, por quatro horas diárias de trabalho. É comum o aluno trabalhar oito horas em um mesmo estágio ou ter dois estágios de quatro horas. A Universidade de Brasília admite, nos casos de alunos de cursos noturnos, essa carga horária de estágio. Infelizmente, toda essa negociação e a relação com as instituições ou empresas que demandam os alunos é feita diretamente com uma unidade da UnB e não passa pela coordenação dos cursos de graduação.

Por relato dos alunos, sabemos que em muitos desses estágios não há orientação ou supervisão das atividades por um profissional qualificado para tal fim e que são exigidos deles, muitas vezes, a realização de atividades para as quais eles não estão preparados ainda ou atividades que não tem nenhum tipo de relação com o exercício da profissão que eles escolheram. São poucas as instituições que, possuindo, dentre suas atividades próprias, abordagens, espaços e possibilidades, contam com profissionais capacitados para supervisionar as atividades desenvolvidas pelos alunos.

Os alunos reclamam da falta de orientação, da dificuldade em expor suas dúvidas e das atividades mecânicas a que são submetidos. Geralmente, desenvolvem atividades sem que sejam explicitados os seus objetivos e o seu lugar no que-fazer próprio do arquivista.

Os professores têm feito uma grande campanha em sala de aula e nos outros espaços do trabalho pedagógico para que os alunos busquem estágios extracurriculares que realmente contribuam para sua formação e não pensem apenas nos aspectos monetários desse tipo de relação de trabalho.

Outro importante momento do trabalho pedagógico é a monitoria. Entendemos a monitoria como uma modalidade específica de ensino aprendizagem, vinculada a necessidades de formação acadêmica do aluno de graduação, e inserida no planejamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão das unidades de ensino. Esse tipo de atividade tem sido utilizado com muito proveito nesses últimos tempos. A Universidade de Brasília determina que para cada vinte alunos matriculados em uma disciplina, o professor tem direito a um monitor. E o monitor tem direito a dois créditos e a uma pequena remuneração paga pela universidade. Temos observado que quando o aluno realiza atividades de monitoria a partir de um plano estabelecido pelo professor há um avanço e uma melhora sensível na motivação desse aluno pelo curso, alterando, inclusive, o seu desempenho em outras disciplinas. Não podemos esquecer que o monitor deve participar, juntamente com o professor responsável, no planejamento das atividades, na preparação de aulas, no processo de avaliação, na orientação aos alunos e na realização de trabalhos práticos e experimentais.

Em 2005, criamos na Universidade de Brasília a modalidade Atividades Complementares, que dá ao aluno um crédito para cada 15 horas de participação em atividades de pesquisa, de extensão ou de ensino, coordenadas por professores do curso ao qual ele está vinculado. A manutenção do sítio do departamento na internet, por exemplo, é realizada por alunos da graduação e da pós-graduação no âmbito de projeto de atividade complementar coordenado por uma professora do departamento. Percebemos, também, que esse tipo de trabalho é um fator motivador.

A universidade precisa, até para justificar-se, ter um nível de inserção na sociedade. E um dos elementos dessa inserção é a atividade de extensão. Além do ensino propriamente dito e da pesquisa, um dos pilares da formação em nível superior é a extensão. Os programas que possuem essa característica permitem que os jovens entrem em contato com a realidade da comunidade onde vivem e devolvam à sociedade, por meio de serviços gratuitos, um pouco do que aprenderam na universidade.

As duas principais modalidades de extensão são os projetos de ação contínua e os cursos oferecidos à comunidade. Infelizmente, na UnB, temos realizado apenas cursos e palestras como atividades de extensão. É muito pouco e o potencial é bem maior, pois é mais um momento, além dos estágios, monitorias e atividades complementares, onde o aluno pode conhecer mais de perto o cotidiano da carreira antes da formatura.

Outro importante programa direcionado à realização, por parte dos alunos, de atividades extracurriculares de ensino, pesquisa e extensão, que complementam a formação acadêmica, sob a orientação de um professor tutor é o Programa Especial de Treinamento (PET), integrado por grupos tutoriais de aprendizagem. Na UnB já existem 11 grupos tutoriais, mas nenhum foi criado ainda em nosso departamento.

Outro movimento importante que estamos presenciando e que tem trazido uma grande contribuição é a iniciação científica. E nesse caso, não podemos esquecer do papel fundamental do Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), patrocinado pelo CNPq.

O Programa de Iniciação Científica tem por objetivos gerais:

- I. Despertar a vocação científica e desenvolver talentos para a pesquisa, mediante a participação de estudantes de graduação em projetos de nível reconhecido;
- II. Contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa, reduzindo o tempo médio de titulação de mestres e doutores;
- III. Incentivar a consolidação de uma política de pesquisa para iniciação científica nos cursos de graduação da UnB, reforçando a integração entre graduação e pós-graduação, através da qualificação dos melhores alunos para os programas de pós-graduação;
- IV. Estimular pesquisadores a engajarem estudantes de graduação nas atividades de iniciação científica e tecnológica, integrando jovens em grupos de pesquisa, de forma a acelerar a expansão e renovação do quadro de pesquisadores e, conseqüentemente, estimular a produção científica e o envolvimento de novos orientadores.

O objetivo específico é o de “proporcionar a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa”.

Aqui eu me valho de um trabalho muito rico em informações que foi apresentado no Congresso de Arquivologia do Mercosul, realizado ano passado em Campos do Jordão, pela professora Georgete Medleg Rodrigues e por sua orientanda Angélica Alves da Cunha Marques no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade de Brasília. (RODRIGUES, MARQUES, 2005).

Das pesquisas desenvolvidas no âmbito do PIBIC, as autoras identificaram 23 projetos vinculados aos cursos de Arquivologia. Na UnB, foram 14, cinco na Federal da Bahia, dois na UEL, um na Federal de Santa Maria e um na UniRio.

Dos 14 projetos mapeados, segundo a tipologia dos campos de pesquisa em Arquivística, proposta por Couture, Martineau e Ducharme, cinco se relacionam à história dos arquivos e da Arquivística, quatro aos arquivos e à sociedade, quatro ao meio profissional e um relacionado à gestão dos programas e dos serviços de arquivo.

As autoras chamaram a atenção para dois fatores limitantes para um maior número de projetos de iniciação científica:

1 - as restrições impostas pela resolução do CNPq que permite a orientação desses projetos apenas aos doutores;

2 – o funcionamento dos cursos de Arquivologia no período noturno.

Em pesquisa feita pela professora Georgete Medleg Rodrigues e pela mestranda Angélica Marques, foi identificado que dos quase 60 professores que atuam nos cursos de graduação em Arquivologia apenas 14 trabalham em programas de pós-graduação, isto é, menos de 25%. (RODRIGUES, MARQUES, 2005).

É possível constatar, por meio de vários indicadores, que a produção na área passou de simples relatos de experiência para projetos de pesquisa inseridos em programas de pós-graduação e envolvidos em financiamentos de agências de fomento, com propostas metodológicas e discussões conceituais. Defendemos, portanto, que a criação dos cursos de Arquivologia teve uma participação fundamental nessa transformação.

Cabe aqui uma discussão sobre os relatos de experiência. Eles são fundamentais e devem ter um espaço reservado nos eventos e publicações científicas, mas se não há uma verticalização na análise dessas experiências, essas informações são perdidas e não colaboram para a construção do conhecimento, deixando que as práticas sejam dominadas pelo empirismo e pelo senso comum, isto é, uma Arquivística espontânea, onde a prática alimenta a própria prática. Os nossos colegas portugueses chegam a falar que nossa área é dominada por um empirismo eclético direcionado à integração das novidades tecnológicas no velho quadro da prática funcional de classificação, ordenação, representação descritiva e difusão de informação escrita. Há, inclusive, uma tendência a duvidar da possibilidade de se encontrarem bases científicas para o saber arquivístico.

Atualmente, inúmeros projetos de organização de arquivos estão sendo desenvolvidos no país e mais de uma centena já foi implementado. Qual a contribuição dessas experiências para o

aumento do espaço do conhecimento arquivístico? Não temos como responder essa questão, mas, empiricamente, podemos afirmar que a contribuição é muito pequena. Qual o significado de uma prática que mais adiante não é refletida, escrita e comunicada? A prática por si só é produtora de conhecimento? Certamente, que não. Vivemos uma situação ímpar: temos um considerável estoque de experiências sendo desenvolvidas no país, muitas delas inovadoras, mas um baixo nível de formulação teórica e pouquíssimas propostas de metodologias para a organização dos arquivos, por exemplo.

Nos mais de 17 anos que milito na área, conheço poucos trabalhos de proposta de metodologia que foram frutos de uma prática refletida. Uma é a do Arquivo Nacional, que no final da década de 1980 e início da década de 1990, propôs uma metodologia para diagnóstico de arquivos correntes em organismos da administração pública federal. A outra é a do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, que transformou em uma proposta de metodologia os seus mais de 20 anos de prática com arquivos pessoais de homens públicos.

Em trabalho apresentado no VI Congresso de Arquivologia do Mercosul, realizado em Campos do Jordão, São Paulo, em outubro de 2005, que partiu da percepção de José Maria Jardim (1999) de uma mudança no eixo da produção do conhecimento arquivístico no Brasil das instituições arquivísticas para as universidades. Nesse trabalho, analisamos as comunicações apresentadas em Congressos da área, no período de 1994 a 2004. Percebeu-se um sensível aumento da participação das universidades ao longo do período em questão. Essa participação passou de 39,6% (Congresso Brasileiro de Arquivologia em São Paulo, em 1994) para 60,2% no Congresso Nacional de Arquivologia em Brasília. Constatou-se, ainda, que os cursos da Universidade Federal de Santa Maria e da Universidade de Brasília foram os que mais apresentaram trabalhos resultantes de pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação e de iniciação científica. (RODRIGUES *et. al.*, 2005).

A criação dos cursos de graduação talvez seja o grande marco definidor dos rumos da pesquisa em Arquivística no País. Isso propiciou a emergência de uma “cultura de pesquisa” na área. De fato, a pesquisa é uma atividade que necessita não apenas de “dinheiro e cérebros”, mas “exige também uma cultura, uma ambiência e um meio que favoreça ao máximo seu resplendor”. (RODRIGUES *et. al.*, 2005).

A pesquisa tem a necessidade de que se registrem seus resultados, que sejam transmitidos, difundidos com a ajuda de diferentes meios, tais como revistas especializadas, os congressos, os encontros e o ensino universitário. Quanto a isso, não é por acaso que a produção científica e a sua comunicação é um dos objetos de estudo da Ciência da Informação.

Nesse sentido, torna-se necessário estabelecer canais de difusão do conhecimento. Seja criando um periódico para discussão das experiências desenvolvidas ou eventos, como esse, onde possam ser discutidos, de forma objetiva, os problemas e, principalmente, as soluções encontradas.

Gostaria de dizer, ainda, que sem a pesquisa, a Arquivística está condenada a permanecer como um corpo de práticas e de receitas sem racionalidade científica.

Nós temos que aprender que nos campos da atividade humana, como é o caso da Arquivística, o progresso resulta do desenvolvimento dos conhecimentos e é impossível imaginar esse desenvolvimento sem o aporte da pesquisa.

A mudança do eixo de construção do conhecimento arquivístico tem uma contribuição fundamental dos cursos de graduação em Arquivologia. Trata-se, portanto, de um movimento que ao mesmo tempo em que altera as bases da construção do conhecimento arquivístico, exige um repensar das bases do ensino, da pesquisa e, também, da extensão. O avanço das pesquisas na área tem como produto a elaboração de um novo ou, pelo menos, de uma forma diferente de arcabouço de sustentação do ensino. Precisamos discutir em que medida os resultados adquiridos com as pesquisas e com os projetos de extensão têm influenciado o ensino de Arquivologia no Brasil e, paralelamente, a busca de soluções dos problemas arquivísticos nas organizações contemporâneas. É na articulação desses três elementos (ensino, pesquisa e extensão) que se encontram as respostas para muitos dos questionamentos feitos nessa comunicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro : FGV, 2005.

LOPES, Luis Carlos. **A informação e os arquivos: teorias e práticas**. Niterói : EDUFF, 1996.

OLIVEIRA, Eliane Braga, SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **O ensino superior de Arquivologia no Brasil**. Brasília, s.d.

Programa de Iniciação Científica da Universidade de Brasília. Disponível em: <<http://www.unb.br>>. Acesso em: 19 abr. 2006.

Projetos de extensão da Universidade de Brasília. Disponível em: <<http://www.unb.br>>. Acesso em: 19 abr. 2006.

RODRIGUES, Georgete Medleg *et. al.* Ensino e produção do conhecimento arquivístico no Brasil: construção de um novo eixo? . In: Congresso de Arquivologia do Mercosul, 6, 2005, Campos do Jordão. **Anais...** Campos do Jordão : ARQSP, 2005.

RODRIGUES, Georgete Medleg, MARQUES, Angélica Alves da Cunha. A inserção da Arquivística nos cursos de pós-graduação stricto sensu no Brasil. **Revista Brasileira de Pós-Graduação.** Brasília, v. 1, n.1, mar. 2005.

RODRIGUES, Georgete Medleg, MARQUES, Angélica Alves da Cunha. A iniciação à pesquisa em Arquivística. In: Congresso de Arquivologia do Mercosul, 6, 2005, Campos do Jordão. **Anais...** Campos do Jordão : ARQSP, 2005.

SILVA, Armando Malheiro da *et. al.* **Arquivística.** Teoria e prática de uma ciência da informação. Porto : Afrontamento, 1999.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. O papel do estágio na formação profissional do arquivista: a experiência do curso de Arquivologia da Universidade de Brasília. JARDIM, José Maria (org.). **A formação do arquivista no Brasil.** Niterói : EDUFF, 1999.